

CBPF-CS-003/84

O MOVIMENTO DA REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1918
NA ARGENTINA - ASPECTOS HISTÓRICOS E PROJEÇÕES^(*)

de

Mario Giambiagi

Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CNPq/CBPF
Rua Dr. Xavier Sigaud, 150
22290 - Rio de Janeiro, RJ - BRASIL

(*) Baseado na comunicação apresentada no Seminário "Subsídios para uma política da ciência no Brasil", Campina Grande, novembro 1983.

I - INTRODUÇÃO

Qual é o fascínio que exerce o movimento da Reforma Universitária do ano 1918 para que ainda hoje, 65 anos depois, continue a se falar sobre ele, estudando-se as suas causas, analisando-se criticamente as suas projeções? Qual a vigência que conserva esse movimento, com cujas bandeiras uma agrupação estudantil argentina ganhou a maioria dos Centros Acadêmicos em 1982-83, logo que uma brisa de abertura democrática permitiu a ressurreição dos claustros universitários? Mais ainda, como explicar que o partido triunfante nas recentes eleições presidenciais argentinas tenha explicitado na sua plataforma eleitoral que "irá se sancionar uma nova lei universitária baseada nos princípios da Reforma Universitária"?

Aquele movimento, que surgiu em meio de violentas manifestações na cidade mediterrânea de Córdoba, e propagou-se -como rastilho de pólvora- em grande parte do continente, foi profuso em documentos e artigos dos próprios protagonistas. Posteriormente foi estudado por diversos autores e, nestes últimos anos de ostracismo forçado, voltou a merecer a atenção de alguns pesquisadores argentinos.

No que segue, resumiremos elementos que possam contribuir a explicar essa obstinada resistência da Reforma que mantém tão atual o debate sobre ela. Este artigo só comenta certos aspectos do movimento, seguindo uma breve bibliografia que não é conhecida como merece em algumas regiões do continente.

Ao escrever estas linhas, não podemos ocultar a emoção de rememorar os fatos salientes da Reforma Universitária de 1918, cujo espírito marcou a nossa vida de estudante e que, ainda hoje, continua não sendo alheia às nossas inquietações e esperanças.

II - ANTECEDENTES SUCINTOS

O movimento universitário eclode em 1918 na Universidade de Córdoba, fundada no início do século XVII, com base no preexistente Colégio Máximo dos Jesuítas. A Revolução de Maio de 1810 -que quebra a dependência em relação à coroa espanhola-

segue-se um período de lutas para consolidar a independência. O governo ditatorial de Rosas, que personifica o espírito contra-revolucionário, na área educacional fecha vários Institutos e -num só ano- diminui o orçamento correspondente numa proporção de 25 para 1. Na segunda metade do século, derrubada a ditadura, inicia-se um conturbado período da organização nacional. A chamada geração de 80 estabelece duas leis transcendentais: uma relativa ao matrimônio civil e a outra à educação laica, obrigatória e gratuita. Por essa época, 1885, promulga-se uma lei universitária, Lei Avellaneda (Senador e ex-presidente da República) que rege a vida universitária durante mais de meio século. Pela lei, a pedido de um deputado católico, a Universidade Nacional tinha a exclusividade para outorgar títulos habilitantes e diplomas.

Até 1918, num lapso de 45 anos, a população argentina quadruplicou-se, passando de dois para oito milhões de habitantes (desde então, 65 anos, só conseguiu triplicar). Isto é, um grande fluxo imigratório vai mudando a fisionomia da sociedade argentina, no começo do século XX. Irrompem novas camadas sociais, surgem as primeiras greves operárias e, em 1916, chega ao governo da República um caudilho popular, Hipólito Yrigoyen, escolhido pelo voto livre e secreto. A Argentina mantém-se à margem da Primeira Guerra Mundial, embora se produzissem manifestações -protagonizadas inclusive por alguns dos futuros líderes da Reforma (1916)- para romper relações com a Alemanha. A revolução russa e a política intervencionista dos EE.UU na América Central completam o marco em que vive-se a convulsão universitária de 1918.

III - COMO SURGE O MOVIMENTO EM CÓRDOBA (*)

O motivo que deu origem ao movimento da Reforma é banal: a supressão da residência no "Hospital de Clínicas" por razões de economia, entre outras. Não foi a última vez na história argen-

(*) segundo cronologia da ref. [1]. A compilação mais importante da Reforma -até 1940- é a de Gabriel del Mazo [2], onde apareceram originariamente muitos dos artigos que figuram na literatura posterior. Gabriel del Mazo foi um grande animador da Reforma. A tal ponto ele encarnou o movimento, que foi o depositário do manuscrito original do Manifesto Liminar de 1918 (ver sec. 10).

tina, nem mesmo de Córdoba, que um fato trivial provocou um grande incêndio. Em 1969, por exemplo, o simples aumento da tarifa num refeitório de estudantes da cidade de Corrientes (no nordeste argentino) deu origem a um movimento que culminou no "Cordobazo", uma grande manifestação popular que significou o começo do fim do regime militar instaurado em 1966, como foi reconhecido publicamente por um de seus principais protagonistas, o Gen. Agustín Lanusse.

Mas voltemos à Reforma; o Centro de Estudantes de Medicina opôs-se, em dezembro de 1917, à supressão da residência no hospital. Em março de 1918 organizou-se um Comitê pró-Reforma, dirigido pelo então estudante Gumersindo Sayago que posteriormente tornou-se um fisiologista de renome. O comitê decretou a greve. No mês de abril constituiu-se em Buenos Aires a Federação Universitária Argentina (FUA), de tão grandes projeções, não só na Argentina.

As autoridades universitárias reagiram à greve e fecharam a Universidade. O Governo Nacional, que simpatizava com os estudantes, interveio na Universidade e democratizou o seu governo. Escolheram-se novas autoridades de primeiro grau e triunfaram os candidatos apoiados pelos estudantes. Em 15 de junho, porém, os professores da congregação traíram os estudantes e escolheram outro Reitor, candidato da "Corda Frates", uma organização reacionária, integrada por 12 pessoas católicas, funcionários, que mexiam na política. Os estudantes, sentindo-se traídos, responderam com violência, desalojaram o salão e deflagraram a greve geral.

IV - O MANIFESTO LIMINAR

No dia 21 de junho apareceu o manifesto intitulado "A juventude Argentina de Córdoba aos homens livres da América do Sul", que passaria à história como o "Manifesto Liminar". Nesse dia os estudantes de todo o país - e também grêmios operários - aderiram à greve.

Vejamos alguns parágrafos do Manifesto, que começa assim:

"Homens de uma República Livre, acabamos de quebrar a última corrente que, em pleno século XX, amarrava-nos à antiga dominação monárquica e monástica...". "Nosso regime universitário

-mesmo o mais recente- é anacrônico. Está baseado numa espécie de direito divino: o direito divino do professorado universitário...". "A Federação Universitária de Córdoba ~~exige-se~~ para lutar contra esse regime e entende que nisso vai a sua vida. Exige um governo estritamente democrático e afirma que o "demos" universitário, a soberania, o direito de escolher o governo próprio reside fundamentalmente nos estudantes. O conceito de autoridade que corresponde e acompanha um diretor ou um mestre num lar de estudantes universitários não pode se apoiar na força de disciplinas estranhas à substância mesma dos estudos. A autoridade, num lar de estudantes, não se exerce mandando, mas sugerindo e amando: ensinando.

Se não existe uma ligação espiritual entre quem ensina e quem aprende, todo ensino é hostil e, portanto, infecundo. Toda a educação é uma longa obra de amor aos que aprendem". Depois de lembrar os acontecimentos do dia 15 de junho, termina o Manifesto: "A juventude universitária de Córdoba, através da sua Federação, cumprimenta os colegas da América toda e os incita a colaborar na obra de liberdade que está iniciando".

Esse documento percorreu o continente, mobilizou as mocidades de diferentes países da América Latina e passou a ser considerado o ponto de referência para todos os movimentos reivindicatórios.

Poucos dias depois (6 de julho) o bispo de Córdoba deu a conhecer uma pastoral, acusando os estudantes de incorrer em "prevaricação franca e sacrílega".

Após alguns dias reuniu-se em Córdoba o primeiro Congresso Nacional de Estudantes presidido pelo primeiro Presidente da FUA (Osvaldo Loudet) e apresentou um projeto de Lei Universitária e Bases Estatutárias que estabelecia no seu artigo 1º:

1º - A universidade estará formada pelos professores de todas as categorias, pelos profissionais inscritos e pelos estudantes.

2º - As autoridades da universidade estarão compostas por um presidente ^(*), escolhido pela Assembléia Universitária, um Conselho Superior e os Conselhos Diretivos das Faculdades.

3º - Os membros dos Conselhos Diretivos das Faculdades serão escolhidos (segundo o número que fixassem os estatutos univer-

(*) Suprime-se a palavra Reitor.

sitários) pelos corpos de professores, de profissionais inscritos e pelos estudantes das mesmas.

4º - Além do Presidente, integram o Conselho Superior os Decanos das Faculdades e os delegados de cada uma delas, escolhidos pelos respectivos corpos de professores e profissionais inscritos". "O corpo de estudantes da Universidade...escolherá os seus conselheiros...".

5º -"A Assemblêia Universitária está formada pelos corpos de professores, profissionais inscritos e estudantes que eles respectivamente indiquem".

O Estatuto universitário de 1958, que regeu a universidade até 1966, recolheu todas estas disposições. Esse estatuto foi redigido -e aprovado- por autoridades integradas pelos três corpos da Universidade: professores, profissionais inscritos e estudantes.

A característica da universidade cordobesa, fechada, autoritária, clerical, reflete-se cruamente no conteúdo do Manifesto. Juan B. Justo -fundador do Partido Socialista argentino e primeiro tradutor do Capital de Marx na língua espanhola-denunciou, no Parlamento, que na Universidade de Córdoba, na cadeira de Filosofia do Direito, ensinava-se "Deveres para com os servos", o que "resulta estranho para um país democrático como o nosso".

O estilo do Manifesto, como o de muitas declarações reformistas posteriores, tem influências claramente perceptíveis [3, p.XV]; mencionemos José E. Rodó, o escritor uruguaio e prosista do modernismo, cujo Ariel seduzia as mocidades do "Río de la Plata"; José Ingenieros, pensador argentino positivista, autor do livro "O Homem Mediocre" que transcendeu as fronteiras, e os escritores espanhóis Unamuno, Eugenio D'Ors e Ortega y Gasset. Ortega proferiu conferências em Buenos Aires no ano 1916 e Eugenio D'Ors foi hóspede dos estudantes argentinos em 1923 [3]. Na ocasião da visita de D'Ors, rendeu-lhe homenagem em nome dos estudantes o filósofo Alejandro Korn. É preciso também mencionar a influência do krausismo, que pretende transmitir à mocidade o anseio de fazer da vida uma obra de arte, uma harmonia entre a ética e a estética (*).

(*) Yrigoyen foi um admirador da filosofia krausista e Alfonsín, no discurso de posse, dedicou um longo parágrafo às idéias de Krause.

Essas duas palavras -ética e estética-, aparecem em diversos textos da Reforma, ou relativos a ela.

V - ASPECTOS UNIVERSITÁRIOS DA REFORMA

Do ponto de vista estritamente universitário, propõem-se diversos objetivos; vejamos alguns deles:

- Função docente: Coloca a ênfase na pesquisa científica [5, p.149] terminando com o palavreado do "magister dixit" que, com a difusão do livro, já não tinha razão de ser. Incentiva o trabalho de tipo seminário, como uma forma mais viva de ensinar e aprender. Muitos anos depois, no fim da década de 50 e inícios dos 60 (até 1966), esta filosofia de ensino foi defendida e desenvolvida na prática em diversas áreas; participamos numa delas, junto com um grupo de colegas, realizada no Departamento de Física da Faculdade de Engenharia de Buenos Aires, dirigido pelo Prof. F. Cernuschi [6].

Como consequência lógica das idéias acerca das aulas magistrais, sobretudo em Faculdades como as de Direito, a Reforma defendeu, enquanto persistisse esse sistema, a assistência livre e a docência livre, estimulando a formação de cadeiras paralelas, para que os estudantes pudessem escolher o professor que considerassem melhor. Sacudiu-se assim uma velha e cristalizada estrutura pedagógica. Defendeu também a periodicidade da cátedra e, num projeto para a Universidade elaborado pela Federação Universitária Argentina em 1946, propunha-se a nomeação de "tantos professores 'full-time' como as circunstâncias o requerissem" [1, p.177].

- Representação dos estudantes no governo da universidade

Esta é uma transformação de fundo. Com os estudantes no governo integra-se a Universidade. Concebe-se a República Universitária, ou o "demos" universitário, com os seus três estados: professores, estudantes e profissionais.

Tem sido muito criticada, ainda critica-se e, sem dúvida, continuará a se criticar a "ingerência dos estudantes" no governo universitário. Mas, como lembra J. V. González [5, p.150], até 1904, os professores também não dirigiam as universidades; elas eram governadas por academias vitalícias, formadas por pessoas alheias às universidades. Finalmente venceram os professo-

res após um movimento de dois anos, conseguindo transformar as Academias vitalícias em Conselhos Diretivos.

A reação sempre fez questão de tirar a representação dos estudantes sob pretexto de que eles não podem "opinar" ainda sobre "problemas que não conhecem". Na verdade, corresponde a uma atitude autoritária que, muitas vezes, pretende manter um determinado "status quo". A interação com os estudantes e os profissionais -quando formam parte do governo- oxigena, recreia a vida universitária. Os estudantes devem ser protagonistas ativos -e não passivos- na tarefa de transmitir e criar o conhecimento e importa que essa característica se reflita na tomada de decisões. De outra parte, os profissionais das diversas áreas trazem para dentro da universidade uma experiência imprescindível, seja para interagir com o ensino ou com a pesquisa.

O período mais brilhante da universidade argentina foi aquele regido pelos princípios da Reforma Universitária, de 1956 até 1966, e a de Buenos Aires atingiu o nível mais alto da época na perspectiva latinoamericana. Algumas realizações desse período podem ser vistas num trabalho que analisa criticamente a Universidade de 1955 até 1966 [7]. A "ingerência estudantil" foi muito importante para esse resultado. Quer dizer, o governo democrático da universidade redundou numa clara melhoria científica e pedagógica. Os estudantes agiram com inegável sentido de responsabilidade e também com honestidade, por exemplo, na ocasião de discutir problemas que -pela sua índole técnica- eram mais apropriados para os professores e profissionais. É um ponto que sempre é bom lembrar: os estudantes representam uma categoria que ainda não possui interesses criados [8]

Os estudantes de 1918 reclamavam a representação tripartita e paritária. Essa foi também a posição dos estudantes em outros países da América Latina. Parece-nos uma proporção mais adequada a adotada na Universidade argentina no período acima mencionado: 50% de representação dos professores e 25% para os profissionais e estudantes, respectivamente.

Em princípio não somos partidários de que os funcionários integrem os corpos diretivos. Parece-nos, ao menos por enquanto, um critério artificial, possivelmente demagógico. Pensamos que os funcionários devem ter seus sindicatos para pleitear os interesses de sua categoria e, talvez, um representante

nos Conselhos Diretivos.

- Autonomia

É um dos principais postulados da Reforma. A Universidade Nacional, ainda que sustentada pelo Estado, deve estar livre de qualquer tipo de ingerência governamental; deve ser independente do poder político [5, p.150]. A Universidade deve possuir a sua autonomia administrativa, que permite-lhe ditar os seus regulamentos, nomear professores, etc; a sua autonomia financeira e econômica, para poder planificar e realizar suas atividades, a autonomia científica e pedagógica, que significa a garantia para uma pesquisa livre e e um ensino aberto às diferentes correntes e não a imposição de uma determinada escola. Essas diversas autonomias são interdependentes, interagem mutuamente. Não adianta muito a autonomia administrativa, se é estrangulada a econômica. Pode-se ter autonomia administrativa e econômica, mas a universidade não cumprirá com a sua missão se não é respeitada a autonomia pedagógica, e assim por diante. De fato, todas essas autonomias (e cada uma delas), significam a autonomia política. E a história da América Latina mostra que, cada vez que governos autoritários intentaram destruir a Universidade (e conseguiram), vulneravam uma ou outra dessas autonomias, quando não todas. Por isso, a Universidade deve ficar imune a todas as vicissitudes políticas. É tempo que, como instituição de cultura, comece a ser respeitada.

O tema da autonomia foi e continua sendo polêmico; já em 1928 um conhecido reformista uruguaio, Carlos Quijano, colocava o problema da relatividade da autonomia com respeito ao Estado [3, p.259] nos diversos aspectos mencionados. Mas existe, pelo menos na Argentina, uma outra crítica de fundo, que provém daqueles que entendem a universidade dentro de uma suposta orientação do governo circunstancial. Eles observam que a autonomia transforma a universidade numa ilha. Às vezes se diz, com certo ar pejorativo, a "ilha democrática" (foi a posição do peronismo em 1973).

- Extensão universitária

Esse ponto está ligado à função social da Universidade, levando os benefícios da ciência a todas as camadas sociais. "Porque enquanto o regime social e econômico for o que temos, den-

tro do qual a Universidade é forçosamente para benefício exclusivo de classes sociais determinadas -a grande e pequena burguesia- tem uma dívida permanente para com aquelas que não podem aproveitar os centros de cultura superior. A Universidade deve ir até aqueles que, por razões econômicas, não podem usufruir dos benefícios da instrução [5, p. 152].

A Reforma é discutida pela vagueza das suas concepções, pelas supostas inconsistências na sua solidariedade com os operários. Pensamos que, no que se refere à extensão universitária, a Reforma tem agido com clareza, conhecendo perfeitamente seus objetivos -sem demagogias-, tão bem assinalados por Julio V. González. Por isso os reformistas da primeira hora rejeitaram a extensão universitária oficial, uma espécie de caridade que podia confundir as organizações operárias. Florentino V. Sanguinetti -posteriormente destacado advogado e Professor universitário- organizou a Extensão Universitária em 1920, e precisou com elegância a filosofia deste ponto [3, p.243].

Em outra seção vamos ver o grande impulso que foi dado à Extensão em outros países, com a criação das Universidades Populares. Na Argentina, uma obra que perdurou durante décadas foi a organização de cursos técnicos para operários feitos pelo Centro de Estudantes de Engenharia (CEI) de Buenos Aires, fundado em 1904 e um dos mais importantes da Argentina.

Na verdade, os projetos universitários dos reformistas de 1918 recolhem as idéias de Juan María Gutiérrez, Reitor da Universidade de Buenos Aires, no século passado, cujas "Bases para una ley orgánica de instrucción pública" -em 1871- contemplavam: a) O ensino superior universitário gratuito; b) A absoluta independência da universidade, com faculdade para nomear-através de concursos- professores e destituí-los; c) O ensino livre para qualquer indivíduo capacitado e digno de ensinar uma matéria; d) A organização democrática da universidade; e) A autonomia da universidade ("a universidade organiza-se a si mesma e não responde senão frente ao país e a opinião pública por seus acertos e por seus erros") [9]. Uma lei da "Provincia de Buenos Aires", sancionada em 1873, levou em consideração algumas das idéias do Reitor Gutiérrez.

VI - RÁPIDA VISÃO DO PERCURSO ATÉ NOSSOS DIAS

Já dissemos que os reformistas tiveram um bom relacionamento com o governo do caudilho Yrigoyen, escolhido em 1916. A Reforma teve um período auspicioso -com conquistas parciais- até 1922, data em que o presidente Yrigoyen terminou o seu primeiro mandato. Assim conseguiu escolher vários decanos em diferentes universidades do país, por exemplo, o Prof. Alejandro Korn -o filósofo da "libertad creadora", na Faculdade de Filosofia e Letras de Buenos Aires. No ano 1919 criou-se a Universidade Nacional do Litoral, onde três anos depois aprovaram-se estatutos reformistas. Logo depois que o sucessor de Yrigoyen, Alvear, tomou posse, começou um período de retrocesso; aquela universidade sofreu uma intervenção e seus estatutos foram revistos.

Em 1928 o Sr. Yrigoyen reassumiu o governo aos 78 anos de idade; o movimento reformista teve um breve período de reconquista de posições. Mas a grande crise mundial de 1929 incidiu na Argentina e contribuiu para a queda do governo constitucional. Então abriu-se no país um longo ciclo militar que, esperamos, tenha terminado agora. A maior parte do movimento reformista, numa página triste, apoiou o golpe de 6 de setembro de 1930 (o presidente Yrigoyen estava muito desmoralizado), afirmando que o exército "...deve estar ao serviço do pensamento civil". Essa afirmação aparece num documento datado do dia 5 de setembro [1, p.121], ainda condenando antecipadamente a instauração de uma ditadura militar e exigindo

o imediato restabelecimento das instituições democráticas. É claro que pouco tempo depois o movimento reformista adotou uma posição de firme resistência à ditadura militar e muitos de seus líderes foram para a cadeia ou o exílio. Também Alfredo Palacios -o primeiro deputado socialista da América, em 1904- exigiu a renúncia do presidente Yrigoyen no dia 5 de setembro, em seu caráter de Decano da Faculdade de Direito de Buenos Aires, mas já no dia 7 desconheceu a junta militar e demitiu-se.

O período 1930-43 foi de recuo no movimento reformista; a cultura -em geral- começou a perceber as conseqüências de um regime espúrio, surgido de conchavos e fraudes. Em 1943, outro golpe militar derrubou esse regime e tomou o poder uma facção militar, o "Grupo de Oficiales Unidos" (GOU), dirigida pelo

então Coronel Perón. Todo esse escuro período universitário (1943-55) está bem analisado -na nossa opinião- num trabalho de Abel A. Lattendorf ("Doze anos de ditadura na universidade") que aparece na ref. [1, p.187]. Já em outubro de 1943, foram expulsos numerosos professores por solicitarem o restabelecimento da Constituição e uma efetiva solidariedade americana. As universidades sofreram nova intervenção em maio de 1946 e, em poucos meses, mais de 1.500 professores ficaram fora das universidades. Os estudantes reformistas, agrupados nas Federações universitárias, tomaram posições abertamente contrárias a Perón. Por isso, após o golpe militar vitorioso de 1955, heterogêneo nas suas forças, os estudantes tiveram ampla participação na reorganização das universidades. Já mencionamos o intervalo 1955-66. Com o golpe militar de 1966, as universidades voltaram a sofrer intervenção e mais de 1.500 professores demitiram-se em sinal de protesto. Os estudantes resistiram e colaboraram na movimentação popular contra o regime, que culminou no "Cordobazo" de 1969. Em 1974, o governo constitucional -presidido pela Sra. Isabel Perón- demitiu centenas de professores. O que restou foi destruído pelo golpe militar de 1976. De lá para cá a história -trágica história- é bem conhecida.

VII - A REFORMA E A AMÉRICA CENTRAL

A situação dos países da América Central distava de ser normal -ou não?- na hora do levantamento de Córdoba e a Reforma acompanhou sempre as venturas e desventuras dos países dessa região.

Em 1917 tinham voltado a desembarcar tropas dos EE.UU em Cuba; o Haiti atravessava o terceiro ano de ocupação pelas tropas dos EE.UU e a República Dominicana o segundo; ficaram ali até 1924 [3, p.279]. Ou seja, a intervenção das tropas norte-americanas na América Central, além da penetração econômica desse país em toda América Latina, constituiu mais um elemento -como mencionamos na seção II- que sensibilizou os estudantes e setores intelectuais.

A prédica anti-imperialista foi constante. Citemos - por exemplo- a fundação da "Unión Latinoamericana" em 1925, assinada, entre outros, por Julio V. González, José Ingenieros, Gabriel del Mazo, Alfredo L. Palacios, Aníbal Ponce, Carlos Sán-

chez Viamonte e Florentino V. Sanguinetti. A. Ponce, discípulo de José Ingenieros, de orientação marxista, com varios ensaios de interpretação histórica e problemas de psicologia, foi demitido de suas cátedras em 1936. Seu livro "Educación y lucha de clases" foi traduzido para o português, e usado por pedagogos brasileiros. C. Sánchez Viamonte atuou muito no movimento reformista; posteriormente foi destacado constitucionalista e deputado nacional (1940-43) pelo Partido Socialista, que hoje chamaríamos de Socialista democrático. Eis alguns parágrafos da Ata de fundação da "Unión Latinoamericana" 1, p.295 :

- "Desenvolver nos povos latino-americanos uma nova consciência dos interesses nacionais e continentais, propiciando toda renovação ideológica que possa conduzir ao exercício efetivo da soberania popular e combatendo toda ditadura que impeça as reformas inspiradas pelos anseios da justiça social".
- "Orientar as nações da América Latina para formar uma confederação que garanta a sua independência e liberdade contra o imperialismo dos Estados capitalistas estrangeiros, uniformizando os princípios fundamentais do direito público e privado, e promovendo a criação sucessiva de entidades jurídicas, econômicas e intelectuais de caráter continental".
- "Solidariedade política dos povos latino-americanos e ação conjunta em todas as questões de interesse mundial".
- "Repúdio ao panamericanismo oficial e supressão da diplomacia secreta".
- "Solução arbitral de qualquer litígio que surja entre países da América Latina, por jurisdições exclusivamente latino-americanas e redução dos armamentos nacionais ao mínimo compatível com a manutenção da ordem interna".
- "Oposição a toda política financeira que comprometa a soberania nacional e, em particular, à contratação de empréstimos que consintam ou justifiquem a intervenção coercitiva de Estados capitalistas estrangeiros".
- "Nacionalização das fontes de riqueza e abolição do privilégio econômico.
- "Luta contra toda influência da Igreja na vida pública e educacional".
- "Extensão da educação gratuita, laica e obrigatória e reforma universitária integral".

Em 1927 (janeiro) os EE.UU invadiu mais uma vez a Nicarágua e provocou novas reações anti-americanas. A filial de Córdoba da "Unión Latinoamericana" exprimiu esse sentimento numa longa declaração [10, p.300] onde dizia: "a intervenção militar de EE.UU na Nicarágua agita outra vez a consciência da América..." e "os EE.UU atribui-se a tutela do continente americano". Criticava a ingerência norte-americana sob pretexto de combater a suposta influência bolchevique, e a doutrina Monroe na qual sustentava a sua ação. Censurava as alianças hegemônicas como a do ABC, que surgiu para resolver o problema que se apresentou aos EE.UU em 1925 pela ocupação de Vera Cruz e o bloqueio dos portos mexicanos com a sua esquadra [4, p.145]. Condenava o "panamericanismo" oficial -uma constante nos documentos progressistas dessa época- que mascarava manobras de grupos econômicos, por exemplo as de Standard Oil, que penetrava nas entranhas de nosso continente para levar o petróleo.

A história parece se repetir.

VIII - PROJEÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Vejamos rapidamente como propagou-se o movimento reformista em alguns países da América Latina.

Possivelmente é no Peru onde primeiramente ressoou o movimento de Córdoba. No fim de 1918, a Federação de estudantes solidarizou-se com uma greve geral operária, que reclamava a jornada de 8 hs; ali começou a aparecer o nome de Víctor Raúl Haya de la Torre. Também no Peru um acontecimento sem importância, o conflito entre alunos e o professor de um curso de História em uma Faculdade deflagrou a greve geral em toda a Universidade de San Marcos, Lima (junho 1919). Alfredo L. Palacios tinha viajado antes e proferido palestras nessa universidade que podem se considerar como detonantes do movimento: "A Reforma deve ser feita com os decanos, ou contra os decanos", dizia ele [10, p.58]. Os estudantes peticionaram ante o futuro ditador Leguía, recém-chegado ao poder, iniciando o "oncenio" e -até então- com uma certa tônica populista. Os estudantes solicitaram e conseguiram a representação dos estudantes nos Conselhos diretivos, a supressão das listas de assistência e a demissão de alguns maus professores. Aí concretizou-se

o regimento das "tachas", pelo qual uma cadeira era declarada vaga se o professor era "tachado" (riscado) pelos estudantes. Novamente, na frente do movimento está Haya de la Torre, que dominaria a cena política peruana durante quase meio século, com ampla ressonância continental.

Em 1920, realizou-se o primeiro Congresso Nacional de Estudantes -que enviou uma saudação ao Dr. Alfredo L. Palacios- cujas resoluções mais importantes relacionavam-se com a criação das Universidades Populares e a educação dos indígenas.

A primeira dessas resoluções visava o cumprimento do postulado da extensão universitária, facilitando a difusão da cultura na massa dos operários. Deram-se 14 pontos para orientar o funcionamento da mesma; lembramos só o nº 7, pelas suas implicações didáticas: "O ensino será metódico, ordenado, simples, e eminentemente objetivo (cinema, quadros murais, etc), através de conversações e servindo a aula magistral só como complemento dessas". As Universidades Populares foram criadas oficialmente em 1924 por Haya de la Torre e ficaram com o nome de González Prada (1848-1918), em homenagem a esse escritor peruano, crítico das concepções de seu tempo, com idéias renovadoras no campo da literatura e da economia. Haya tentou que essa experiência adquirisse um caráter eminentemente revolucionário -segundo seu ponto de vista- e levou a Universidade Popular a um povoado têxtil (Vitarte), composto exclusivamente por operários.

A respeito da educação dos índios, recomendava-se a adaptação do ensino às condições heterogêneas da raça, do meio social e geográfico. Incentivava-se a preparação de professores indígenas especiais para as montanhas do país.

Esse primeiro Congresso Nacional de Estudantes Peruanos terminou exortando "aos universitários de ambos sexos para que realizem de preferência a obra da extensão universitária com as mães de família indígenas".

Até 1927, estabeleceram-se as bases para a Reforma da Universidade de Cuzco, com um critério renovador e progressista, seja no aspecto pedagógico quanto no social.

Devido à sua ação política, os estudantes sofreram também a perseguição e tiveram seus mártires, junto aos operários. Destacaram-se os sucessos de maio de 1924, quando os estudantes e operários opuseram-se ao desejo do ditador Leguía para consagrar

o Peru "al corazón de Jesús", criando um comitê de frente única, e que culminou com a deportação de Haya de la Torre para o Panamá. Mas o governo deu marcha à ré no seu projeto de consagração [10, p.250].

Outro país onde a Reforma teve uma ampla repercussão foi Cuba; as primeiras exteriorizações apareceram em torno de 1923. Em janeiro desse ano, numa declaração da Federação de Estudantes Universitários [10, p.201] defendeu-se o direito de uma plena autonomia universitária e a participação dos estudantes no governo da Universidade. Após uns meses de grande agitação, reuniu-se o 1º Congresso Nacional de Estudantes, cujas resoluções universitárias e políticas eram decididamente radicais. Confirmaram-se as reivindicações recém-mencionadas e, entre os deveres estipularam-se, por exemplo, "o estudante tem o dever de divulgar seus conhecimentos na sociedade, principalmente entre o operariado manual, por ser esse o elemento mais afinado com o operariado intelectual, devendo assim irmanarem-se os homens do trabalho para fomentar uma nova sociedade, livre de parasitas e tiranos, onde ninguém possa viver senão em virtude do proprio esforço". Em outros pontos falava-se em respeitar e atrair os grandes mestres, "do dever de ser um pesquisador perene da verdade, sem permitir que o critério do mestre, nem o do livro, seja superior ao da sua razão", de sacrificar tudo pela verdade moral e intelectual, e de trabalhar pelo "progresso próprio, como base no engrandecimento da família, da região, de nosso país, de nosso continente e da humanidade; por ser este progresso a suprema aspiração dos homens livres".

No aspecto político, o congresso manifestou-se abertamente contra a Emenda Platt -revogada em 1934- que regulava as relações entre Cuba e os EE.UU, pronunciou-se contra todo tipo de ingerência norte-americana, contra a doutrina Monroe e o pan-americanismo, e "contra o atual sistema econômico que impera em Cuba e contra o capitalismo universal".

Também em 1923 criou-se a Universidade Popular José Martí, em homenagem ao grande patriota cubano e cujos estatutos estão impregnados de um profundo espírito idealista e revolucionário.

Uma figura de destaque do movimento reformista cubano foi Julio Antonio Mella, de nítido perfil marxista e líder do comunismo cubano, assassinado no México, em 1928, por ordem do di-

tador cubano, Gerardo Machado, derrubado em 1933 [10, p.68]. No início dos anos 30, destacaram-se também no movimento universitário de Cuba, Raúl Roa, Manuel Varona, Carlos Prío Socarrás e Ramón Grau San Martín, que tiveram depois relevante participação política.

Na verdade, o movimento reformista cubano obteve uma grande vitória política em 1933. Em 1927 os estudantes criaram o "Directorio Estudiantil Universitario", de importante atuação política posterior. Em 1933, a situação do ditador Machado era insustentável; os estudantes constituíam uma das bases da resistência. Depois de várias escaramuças, o poder foi praticamente entregue aos estudantes. Foi escolhido presidente (de Cuba) o Dr. Ramón Grau San Martín, conhecido como "presidente dos estudantes". Grau San Martín denunciou a Emenda Platt, generalizou a jornada de 8 hs. e manifestou a decisão de resistir a uma invasão armada dos EE.UU. Infelizmente Grau San Martín renunciou logo, assumindo o poder Batista (então já General). Mas a revolução de 1933 foi de uma importância enorme na vida política desse país centro-americano [10, p.120]. Os estudantes cubanos participaram ativamente da revolução e o presidente da Federação de Estudantes de Cuba, José Antonio Echeverría, morreu a 13 de março de 1957, no assalto ao Palacio Presidencial de Batista.

Também no Chile, Paraguai, México, Uruguai, etc., a Reforma teve um grande desenvolvimento, segundo as peculiaridades de cada país (ver por exemplo. [3, 10]). Na Venezuela destacou-se Rómulo Betancourt, primeiro presidente eleito de seu país após a queda do ditador Pérez Jiménez em 1958. Já tinha ocupado a presidência em 1945 e, anteriormente, fundou o Partido político Ação Democrática (atualmente no governo). Nas lutas universitárias destacou-se Jovito Villalba, o conhecido líder político.

Pelo que sabemos, só 10 anos depois de 1918, a Reforma teve eco no Brasil. Em novembro de 1928, os estudantes de Rio lançaram um Manifesto, dirigido aos colegas de todo o país, desfraldando as bandeiras da Reforma, elogiando o movimento de Córdoba [10, p.227]. Eles também referiam-se ao "magister dixit", à função social da universidade e ao demos universitário, reclamando a participação dos estudantes no governo da Universi-

dade. Defendiam, em síntese, os mesmos postulados que os reformistas de outros países. O documento era assinado por Djacir Menezes, José Bruno Lobo, José Decusati, Francisco Lobo, Firso Pereira Da Silva. Pensamos que a Reforma teve menos ressonância no Brasil que no resto da América Latina; os ideais de renovação política dos anos 20 parecem ter surgido mais nos quartéis, embora também existisse um difuso movimento civil não desprezível. O tenentismo estava na linha de rebeldia da juventude militar, já manifestada anteriormente na Revolta dos Cadetes contra o Governo de Venceslau Brás e ainda antes [11].

Uma manifestação inequívoca que a Reforma transcendeu à mera questão universitária é que sua bandeira deu origem a um grande movimento político, que ainda tem vigência. Com efeito, Haya de la Torre, exilado no México, fundou em 1924 a "Alianza Popular Revolucionaria Americana" (APRA), que pretendia agrupar as forças que lutavam pelos ideais da Reforma. Destacavam-se em sua plataforma [10, p.91] estes pontos: ação contra o imperialismo norte-americano, unidade política de América Latina; nacionalização progressiva da terra e das indústrias; internacionalização do Canal de Panamá; solidariedade de todos os povos e classes oprimidos.

Na Argentina, uma tentativa similar feita por Julio V. González [5, p.147] para formar o Partido Nacional Reformista em 1927, fracassou. Essa vanguarda dos estudantes não se sentia representada pelos partidos políticos existentes.

- Influência da Reforma na Espanha

Em 1919, o fisiologista espanhol Augusto Pi Suner visitou a Argentina para uma série de palestras [3, p.155]. A convite da Federação Universitária falou aos estudantes na Universidade de Córdoba. Referiu-se ao processo de renovação da universidade espanhola, que tinha culminado num recente decreto pelo qual se outorgava a autonomia universitária. E acrescentava textualmente: "Pois bem, podeis levar em consideração, vós professores e estudantes argentinos, que na redação do estatuto universitário de Barcelona, concededores nós da renovação que nas universidades da República Argentina operava-se, tivemos muito em conta as disposições de vossa Reforma de 1918".

Ou seja, pelo menos no aspecto universitário, a Reforma de Córdoba, logo atravessou o Atlântico. Já vimos a influência de alguns intelectuais espanhóis nos jovens do ano 1918. Posteriormente, em 1924, os estudantes manifestaram solidariedade a Unamuno e Jiménez de Asúa, o jurista que depois viveu exilado na Argentina.

IX - SOBRE AS INTERPRETAÇÕES DA REFORMA

Tem-se escrito muito a respeito, analisando os aspectos sócio-histórico-políticos, sendo as referências [1, 3, 5, 10] fontes apropriadas de consulta. Aqui mencionaremos algumas reflexões -fundamentalmente de protagonistas da primeira hora- sem tentar ordená-las segundo um critério determinado.

Vamos começar pela de Julio V. González [5, p.133]. Ele faz uma interpretação "generacional", apoiando-se em Ortega y Gasset. O escritor espanhol fala de uma sensibilidade vital [12] como fenômeno primário na história, afirmando que uma geração "é como um corpo social íntegro, com a sua minoria seleta e sua multidão que é lançada sobre o âmbito da existência com uma trajetória vital determinada". Por isso, González refere-se a uma geração histórica como a sucessão de homens que numa certa época e lugar surgem e destacam-se por uma sensibilidade e ideologias próprias, com as quais realizam uma tarefa conjunta que preenche um período histórico (e não como a descendência biológica dos filhos em relação aos pais ou dos netos perante os avós). E acrescenta: "O período histórico é a obra cumprida por uma geração". Ele fala de quatro gerações relevantes na história argentina.

- 1) A emancipadora de 1810, que fez a Revolução de Maio e cujas figuras mais lúcidas -Moreno, Monteagudo, Castelli- trazem para nosso país as idéias do enciclopedismo.
- 2) A precursora de 1837, formada pelos intelectuais perseguidos na época de Rosas e que foram definidos como os sansimonianos argentinos -com Esteban Echeverría na frente- devido à influência que sobre eles exerceu a escola de Saint-Simon. Essa geração é precursora porque as suas idéias servem de base à Constituição de 1853, reafirmando os postulados da Revolução de Maio.

3) A geração constituinte de 1853. Vençido Rosas, a ela tocou-lhe elaborar a Constituição que, com algumas modificações, ainda rege a vida argentina.

4) A geração de 80, que fornece ao país uma super-estrutura institucional, incluindo os quatro códigos (civil, penal, mineração e militar) fundamentais e as leis de educação comum e casamento civil (Mitre, Sarmiento, Avellaneda, Pellegrini, etc). Segundo Julio V. González, essa geração de 80 é seguida pela geração de 1918, um conjunto de homens que chegam para trabalhar em comum, por ideais comuns, retomando possivelmente

as idéias da geração de 37, no sentido de uma regeneração social dos povos do "Río de la Plata". Para Ortega há épocas eliminatórias e outras acumulativas. Nestas últimas há homogeneidade entre o que recebe e se propõe a fazer (a geração de 80 seria acumulativa). Quando termina um ciclo e inicia-se outro, liquidando homens e fatos de uma época, estamos em presença de épocas eliminatórias; a geração de 1918 é uma dessas.

Na colocação de Julio V. González -sobre a qual não abrimos julgamento aqui -estamos tentados a falar de uma geração reformista posterior, a de 45, uma "geração frustrada", eliminatória, que vinha a cumprir uma missão determinada: construir uma sociedade democrática após a derrubada do nazifascismo, encerrando o ciclo militar iniciado na Argentina em 1930. Mas não conseguiu. Talvez -tomara!- possamos falar no futuro da geração dos anos 80 (a nova), também eliminatória, se conseguir construir -ainda- aquela sociedade democrática, tão preterida, num país esmagado pela penetração econômica, a intervenção militar e a preponderância de tendências populistas de raízes autoritárias.

As formulações tipo "nova geração" -que acabamos de referir- foram muito polêmicas, recebendo críticas diversas, em particular de setores do campo marxista, agrupados na Argentina na dissidência chamada "Insurrexit".

Hurtado de Mendoza (do grupo Insurrexit, posteriormente especialista em petróleo, assessor do presidente Arévalo na Guatemala) defendeu -em 1925- que a Reforma Universitária "nada mais era do que uma consequência do fenômeno geral de proletarização da classe média que forçosamente acontece quando uma

sociedade capitalista atinge determinadas condições de seu desenvolvimento econômico". Ele criticava que se "fale tanto da nova geração que aparece como produto espontâneo, divino, com uma missão também divina por realizar...". Como a Universidade estava povoada pela classe média -sempre segundo Hurtado-, era sensível ao fenômeno de proletarização. Como a universidade é o reduto de "glosadores escolásticos" do que foi escrito há muito tempo, com uma organização que impede o acesso e dificulta a permanência de estudantes nela, parece natural que o movimento universitário reaja contra uma instituição que defende uma ordem injusta [1, p.108]. Pertantiero critica -com razão sob nosso ponto de vista- o enfoque da proletarização [10, p.105], pois na verdade acontece o contrário: uma expansão burguesa na sua disputa com as elites conservadoras. E isso manifesta-se politicamente com a vitória do radicalismo (Yrigoyen) em 1916, representante de uma classe média comercial e industrial.

José Carlos Mariátegui -pensador peruano que afastou-se ideologicamente de Haya de la Torre- escreve em 1928 [1, p.303] que a estreita interação com a classe operária foi precisando a ideologia da Reforma. Num outro trabalho, critica a teoria da "nova geração" e reverte os termos da proposta de Ortega [10, p. 83].

Paulino González Alberdi, do grupo Insurrexit-por sinal, ele denunciou, de um palanque improvisado na manhã do 6 de setembro de 1930 o caráter do golpe militar-, falando em comemoração ao aniversário da Reforma, dava ênfase ao já mencionado fluxo imigratório que se produziu até fins do século e duplicou a população argentina em 30 anos (1895-1924), que passou de quatro a oito milhões de habitantes [10, p.384]. Em mais de um 80%, esse aumento concentrou-se na capital, Santa Fe e Córdoba, quer dizer, nos grandes centros onde surgiu e propagou-se o movimento da Reforma. A imigração fez com que o país deixasse de ser exclusivamente pecuário, passando a ser agrícola. Surgiram os agricultores e chacareiros, cujos interesses oscilavam entre aqueles dos latifundiários e os dos operários agrícolas. A indústria estava nascendo e os pequenos comerciantes e pequenos industriais começavam a povoar as grandes cidades. Foram os filhos dessa pequena burguesia que irromperam na universidade [10, p.384]. A ascensão ao governo desses grupos sociais -continua P.G.A. explica a interação entre o Yrigoyenismo e a Reforma. Esse autor

analisou também a posição das Federações reformistas em face à "Semana trágica" de 1919 (janeiro), quando ocorreu o conhecido massacre operário, e as suas opiniões merecem uma atenção zelosa dos reformistas. Alguns dos documentos -nessa ocasião- parecem refletir certa vagueza de orientação perante o movimento operário. Ao manifestar a solidariedade com os operários e assinalar as causas dos seus protestos e daquela tragédia, a nota da Federação de estudantes de Córdoba -por exemplo- "condena a intromissão de elementos dissolventes cuja ação desvirtua a verdadeira finalidade e entorpece o livre desenvolvimento dos movimentos operários".

Num artigo publicado em 1929 na Revista de Filosofia que fundara José Ingenieros, Haya de la Torre analisa os pontos de vista de Paulino González Alberdi; há um certo sabor irônico nas suas críticas. Segundo Haya, a Reforma surge na Argentina e as causas enunciadas são válidas para ela. Mas a Reforma transforma-se num fenómeno americano, desenvolvendo-se em países que não têm um aumento tão significativo da população quanto a Argentina, onde a imigração é escassa e o "yrigoyenismo não pode atingir a sua ressonância", onde quase não existe a classe dos pequenos agricultores, nem centros industriais, nem populações "desproporcionadamente densas" [3, p.232]. Haya prefere salientar como causa económica determinante da Reforma, abarcando todos os países, a "intensificação do empuxo imperialista em nossos meios mal desenvolvidos industrialmente". E explicita ainda: "A decisão de lutar, o afã de eficácia, colocou diferentes pontos de vista. Deles parecem se distinguir dois; ou a luta contra o imperialismo é uma luta de classes e da classe proletária unicamente, dirigida por partidos dessa classe aos que só temporariamente podem-se aliar outras classes; ou a luta contra o imperialismo em sua etapa presente é uma luta de povos coloniais ou semicoloniais oprimidos, movimento de libertação nacional ao qual deve dirigir uma frente única de todas as classes diretamente afetadas pela agressão imperialista". Haya escolhe a segunda opção. O debate colocado por ele parece atual... Depois de afirmar que intelectuais surgidos da classe média estão em ambas as correntes de pensamento, diz: "Pode-se afirmar que, malgrado seus preconceitos pequeno-burgueses, os intelectuais e a Reforma forneceram bons lutadores à causa anti-impe-

rialista, mesmo nos setores mais ortodoxamente extremistas". Portantiero analisa com certo detalhe esta polêmica [10, p.105]. Na década do 50, Haya ficou asilado varios anos na embaixada colombiana do seu país e depois sua posição política não pareceu guardar muita relação com a antecedente.

Héctor Pablo Agosti, escritor, discípulo de Aníbal Ponce, atual dirigente do Partido Comunista argentino, um dos inspiradores do grupo Insurrexit (passou vários anos na cadeia depois do golpe de 1930), critica o caráter pequeno-burguês da Reforma e a teoria da Nova Geração, numa série de artigos publicados em 1933-34 [12]. Na nossa opinião é válida sua consideração a respeito da atitude reformista no primeiro momento após o golpe militar do ano 30. Mas a sua visão referente aos próceres argentinos que impulsionaram o desenvolvimento econômico no século passado é esquemática demais quando diz que era um intento para "encarrilhar definitivamente a Argentina no caminho capitalista...". Os estudantes -afirma Agosti no 4º artigo da série- não possuem um caminho independente. A Nova Geração tentou ampliar essa pretensão dos estudantes, atribuindo à pequena burguesia intelectual a direção do processo revolucionário na América. Anos depois, num discurso comemorativo do 20º aniversário da Reforma, Agosti revisou sua dura crítica e rendeu emocionado homenagem à geração do ano 18: "...por nos ter ensinado a responder aos chamados da realidade nacional, com o mesmo júbilo destemido com que João Cristóvão ^(*) - símbolo da juventude de sempre- partiu um dia à procura de sua própria perfeição moral [1, p.147].

Uma figura relevante do grupo dissidente "Insurrexit" e presidente do "Centro de Estudiantes de Medicina" de Buenos Aires (1932-33) foi Ernesto Giudice, dirigente do Partido Comunista argentino até 1973, ano em que se afastou, também por dissidência. Ele, que protagonizou como poucos o movimento da Reforma desde uma posição crítica, e que escreveu muito sobre ela, se refere, no vigésimo aniversário, ao passado e ao futuro da mesma, com palavras cheias de simpatia, lembrando também a as-

(*) O autor refere-se ao personagem do romance homônimo de Romain Rolland.

censão das classes médias: "O ano de 1918 foi o sintoma de uma ruptura: a consciência social e política de novas camadas e de novos interesses irrompem numa universidade que vegetava em nosso meio com um século de atraso em relação a ele". E acrescentava: "...A reforma continua sendo um programa, uma aspiração; e também um estado de ânimo" (o sublinhado é nosso).

A Reforma teve também um setor chamado de direita, no qual destacaram-se Adolfo Korn Villafaffe (filho de Alejandro Korn) e Carlos Cossio, que organizaram o "Grupo Concordia". Cossio fez diversos trabalhos sobre o tema. Num deles [1, p.89], escrito em 1923, afirma: "...Se a isto acrescenta-se que em Córdoba continua firme o anarquismo,...que na Faculdade de Medicina de Buenos Aires a fórmula Dezeo-Barrera representa esta mesma tendência, é fácil de se entender que é um problema presente que deveria interessar aos poderes públicos e essa penumbra anarquista não dissipada definitivamente é uma das causas mais sérias da falta de popularidade ou pelo menos dessa prevenção rejeiosa que o público em geral tem para com a Reforma Universitária".

Em 1936, respondendo a uma reportagem, Deodoro Roca [10, p431], o redator do Manifesto Liminar de 1918, diz, referindo-se às características da Reforma "...como se tem dito tantas vezes para filiá-la, teve em seu começo um contorno pequeno-burguês. E daí? O importante é que foi uma coisa fluente e viva. Há grandes rios começando num olho d'água".

As origens e causas da Reforma também foram estudadas sob o ângulo trotskista (Enrique Rivera, 1956, em ref. [1, p. 329]). Além da análise sociológica, Rivera fala da influência da geração literária de 900 no movimento da Reforma. J. Ingenieros, L. Lugones e M. Ugarte na Argentina, R. Darío na Nicarágua, A. Nervo no México, J. Santos Chocano (o poeta peruano protetor dos índios e assassinado no Chile), representantes dessa geração latino-americana, irmãos de apoio em suas terras, refugiaram-se em Madri e Paris. Curiosamente não se encontram referências ao relacionamento desses literatos de fala espanhola com os intelectuais brasileiros que precederam ao movimento modernista ou com os protagonistas do mesmo. Um intercâmbio mais fluído entre intelectuais argentinos e brasileiros parece dar-se depois dos anos 30, que teve -entre outras conseqüências-

a tradução de 36 livros de conhecidos autores brasileiros pela Editora "Fondo de Cultura Econômica [14]. Aqueles escritores que se encontravam na Europa -segundo Manuel Ugarte- descobrem que estão ligados pela produção da mesma literatura e que todos eles têm a mesma nacionalidade comum, pois nasceram na "Pátria Grande". Reclamam obsessivamente no tema da unidade latino-americana, retomando os ideais dos libertadores do século passado. Lembra Rivera que os ideais de unidade latino-americana tinham tido a última expressão no Congresso Latino-americano de Lima (1864), onde a Argentina esteve representada por Sarmiento. Com a guerra do Paraguai (1865) tudo aquilo acabou e veio o "pan-americanismo" até 1921, ano em que realizou-se no México o "Primer Congreso Internacional de Estudiantes", retomando assim o bom caminho. Já com antecipação, o Manifesto Liminar de 18 possuía um nítido sentido latino-americano. Em 1920, os presidentes das Federações de estudantes do Peru, Argentina e Chile, assinaram acordos para fortalecer esse sentimento fraternal e apareceram movimentos pacifistas em torno à divergência mantida entre Chile e Peru pela questão de Tacna e Arica. Em síntese, a geração literária de 900 não é alheia à atitude latino-americanista da Reforma.

Para terminar esta seção voltemos rapidamente ao tenentismo no Brasil, cujo paralelismo e diferenças com o movimento da Reforma mereceriam um estudo aprofundado. Mas pode-se dizer que os acontecimentos mundiais até o fim da Primeira Grande Guerra tiveram incidência sobre o movimento tenentista [15, p.12]. Também no caso do tenentismo, uma causa trivial, "um documento falso, forjado para fins inconfessáveis" -a suposta carta do Presidente eleito Artur Bernardes para seu chefe político Raul Soares- deflagrou o movimento. A República Velha, que caminhava "para a degradação política e moral" afogou os anseios de renovação das classes médias, que encontraram a sua canalização no tenentismo [16]. O tenentismo, como expressão política, chega ao poder com a Revolução de 30. Passando revista aos nomes de alguns protagonistas da Coluna e do tenentismo -Prestes, João Alberto, Eduardo Gomes, Juarez Távora, Cordeiro de Farias- constatamos que eles continuaram depois de 30 a ter uma ativa participação no processo político brasileiro, mas agora com posições diferenciadas que foram afastando uns dos outros.

Do mesmo modo, a Reforma deu origem a uma "inteligentzia" que teve atuação relevante na política argentina, nas mais diversas correntes do pensamento. Na década de 70 tinham morrido quase todos os protagonistas da primeira hora. No segundo semestre de 1983 morria em Buenos Aires o último deles: o psiquiatra Osvaldo Loudet, primeiro presidente da Federação Universitária Argentina", nomeado em abril de 1918.

X - A REFORMA, A QUESTÃO DAS UNIVERSIDADES PRIVADAS E O "ARTIGO 28"

Desde o início -como se refletiu em seus documentos- a Reforma apoiou decididamente o ensino público. Também defendeu com firmeza a exclusividade do Estado para outorgar títulos habilitantes, mas não o monopólio do ensino. Na verdade, como vimos na seção II, a partir de 1885, segundo a lei que regia os destinos das Universidades até 1947, a exclusividade dos títulos esteve nas mãos do Estado e, salvo um debate por volta de 1903, a questão das universidades privadas com direito aos títulos habilitantes só foi levantada em 1955 (*). Quer dizer, embora o ensino religioso nas Escolas fosse instaurado em 1947 -durante o primeiro governo de Perón- aquele problema não foi colocado. Não é que o título fosse um problema central para os reformistas. Deodoro Roca, o redator do Manifesto de 18, minimizava a importância do mesmo, sugerindo que uma determinada Faculdade se limitasse a entregar atestados de estudos [18]. Estavam os reformistas na linha daquele Reitor da Universidade de Buenos Aires, Juan María Gutiérrez, cujo anteprojeto de 1871 já mencionamos, quando afirmava: "...o que importa é ter pessoas doutas e não doutores; proponho a abolição do grau de Doutor, substituindo-o por atestados ou testemunhos de verdadeira competência, expedidos por quem corresponda...". Mais ou menos como um atestado de notório saber.

O problema foi recolocado pelo governo de fato, em 1955. O Reitor da Universidade de Buenos Aires era o Prof. José Luis Romero, um historiador notável, de idéias socialistas, que tinha

(*) No Brasil a tendência foi contrária, já desde o II Império e prosseguindo sob a República. As Reformas Leôncio de Carvalho em 1879, Constant, de 1891, e Rivadávia, em 1911, permitiram o funcionamento de faculdades particulares que podiam expedir títulos habilitantes. Poucas subsistiram. Quanto à esta última, seus "resultados extremamente maléficos levarão à sua supressão pela reforma Carlos Maximiliano, de 1915" [17].

o pleno apoio dos estudantes. Para compensar essa nomeação o governo entregou a Pasta de Educação a um velho representante dos círculos católicos mais reacionários, o qual apoiou os golpes militares de 1930 e 1943. Esse ministro preparou um decreto de reorganização universitária, cujo artigo 28, foi a origem de uma grande disputa e mobilização popular, a favor e contra. O texto do artigo era: "A iniciativa privada pode criar universidades livres que estarão capacitadas para expedir diplomas e títulos habilitantes, sempre que se submeterem às regulamentações a serem ditadas oportunamente".

Os aspectos legais e jurídicos da constituição das universidades privadas foram estudadas exaustivamente por Florentino V. Sanguinetti, cujo trabalho de 1956 [19] -que aqui seguimos- serviria de base aos constitucionalistas que reformaram a Constituição Nacional em 1957 e também aos parlamentares que discutiram a criação dessas universidades nos debates de 1958. Posteriormente, esse estudo foi completado por Horacio J. Sanguinetti [18]. Nessas referências lembram-se as opiniões de destacados juristas argentinos -em geral de idéias políticas tradicionais- e até da "suprema Corte de la Nación" (correspondente ao STF brasileiro), em diferentes épocas, que preservam a exclusividade do Estado na outorga dos títulos e diplomas, mas resguardando sempre a liberdade de aprender e ensinar, garantidos explicitamente no artigo 14 da Constituição Argentina.

Os críticos das universidades privadas sempre lembravam opiniões de intelectuais conhecidos -por exemplo, a do filósofo alemão Max Scheler em seu trabalho "O saber e acultura" (publicado na Revista de Occidente): "Uma instrução universitária, na medida em que apóia-se em interesses econômicos e fundações privadas, encontra-se numa humilhante dependência em relação aos doadores, este ou aquele consórcio do petróleo, do gás ou da banca".

Um dos mais brilhantes cientistas argentinos e homem de cultura superior, o Prof. Eduardo Braun Menéndez, defendia com veemência a criação de universidades e centros de pesquisa privados. As discussões com Braun Menéndez, mestre exemplar, eram profundas e animadas de um espírito desinteressado, construtivo, visando sô ao aprimoramento de nosso desenvolvimento científico. Com a sua trágica morte (janeiro 1959), a Universidade

estatal perdeu não só um de seus maiores cientistas, mas também um cidadão íntegro, de profundas convicções democráticas, que teria resistido ao avassalamento da Universidade Argentina em 1966.

Em 1932, o depois Presidente da República no período 1958-62, Dr. Arturo Frondizi, defendia a lei de educação comum e alertava sobre os perigos do ensino religioso nas escolas, "...em face à invasão da Igreja na escola. Nesse sentido, é sugestivo o exemplo da Itália, onde depois de um período francamente laico, implanta-se o ensino religioso nas escolas por obra do ministro Giovanni Gentile" [18]. Referia-se A. Frondizi à lei elaborada pelo Ministro da Instrução Pública de Mussolini, G. Gentile, nos primeiros anos do fascismo, e que passou à história com o nome de "Reforma Gentile". São conhecidas as críticas a essa reforma, seja do ponto de vista do ensino religioso, seja aos aspectos pedagógicos, em particular aquelas feitas por Gramsci [20].

Conseqüências do ensino privado na Argentina, nos ciclos primário e médio, foram levantadas em diversas ocasiões. Na ref. [18], por exemplo, menciona-se a opinião do Prof. A. E. Torrasa, no sentido que, depois das reformas educacionais de 1947, no primeiro governo do Gen. Perón, o Estado contribuía com 85% dos salários do pessoal docente dos institutos privados. "Enquanto de uma parte o ensino privado, mal chamado 'livre', receberá do Estado uns 500 milhões em conceito de 85% do salário de seus professores (mais que o orçamento total de várias universidades juntas, acrescenta o autor da ref. [18]), da outra cobrará o ensino, que não é acessível aos pobres, e com características discriminatórias e aristocratizantes, aos pais dos alunos. E temos este quadro de relaxamento em matéria de ensino público: enquanto as autoridades e o Parlamento dizem que não há verbas suficientes para criar as salas de aulas e colégios que reclama a juventude, de outra parte entregam-se essas somas a particulares e congregações religiosas, não para um serviço público como deveria ser o destino de impostos cobrados a todos, mas em proveito de pessoas e instituições que abrem colégios pagos, aproveitando-se dos subsídios e da facilidade com que concedem-se adscrições". Como vemos, o problema é polémico.

É claro que existiam na Argentina muitos institutos privados para desenvolver a cultura, de diversas índoles e orien-

tações religiosas e filosóficas. Uma iniciativa interessante foi o "Colegio Libre de Estudios Superiores" criado em maio de 1930 por um grupo de intelectuais argentinos de posições políticas muito diferentes. Na sua Ata de fundação dizia-se: "Em quase todos os países do mundo, junto à ação oficial e paralelamente à mesma, desenvolvem-se as forças privadas; desta maneira resulta uma maior eficácia na ação e, por vezes, um saudável equilíbrio de tendências opostas". E não precisam comentar-se, é claro, institutos como o de Biologia e Medicina Experimental, criado pelo Prof. Bernardo Houssay. O curioso é que esses e outros institutos foram perseguidos por diferentes governos.

Mas voltemos ao artigo 28 (pag. 26). A resistência ao mesmo fez demorar a sua regulamentação, pelo Poder Executivo. Finalmente o Governo Provisório nomeou uma Comissão ad-hoc para regulamentar o artigo. É interessante reproduzir as conclusões dessa Comissão (abril de 1958), integrada por vários cientistas de importância e advogados da confiança do governo: "O texto do artigo 28 é inconveniente pelos seguintes conceitos:

- a - Porque usa uma terminologia errada ao designar como 'livres' as universidades privadas;
- b - Porque parece outorgar o direito de fundar Institutos de Ensino, direito que deriva diretamente da Constituição;
- c - Porque parece outorgar às instituições a faculdade de conceder diplomas e títulos habilitantes, que é função do Estado;
- d - Porque não prevê a exigência de que essas instituições subsistam sem verbas do Estado".

A Comissão solicitava depois: a ampliação de suas faculdades "para propor projetos sobre universidades privadas com inteira liberdade" ou "a anulação do dito artigo" (o 28). Assinavam tais conclusões:

Eduardo Braun Menéndez, Alfredo Casares, Venancio Delofeu, Bernardo Houssay, Eduardo Huergo, Luis F. Leloir, Juan T. Lewis, Jaime Perriau e Sebastião Soler (o último, Procurador Geral da República no período do Governo Provisório, 1955-58).

O Dr. Arturo Frondizi assume o Governo Constitucional da Nação em maio de 1958, submetido a muitas pressões. Para tranquilizar determinados setores que não lhe perdoavam o passado laico (é a nossa opinião), decidiu regulamentar, através do Parla-

mento, o artigo 28. O mês de setembro daquele ano, foi testemunha de grandes mobilizações populares, a favor e contra, como já dissemos, do artigo 28. A atual agitação política na França, por motivo do projeto de reforma educacional do Governo Mitterrand, lembra um pouco aqueles dias.

O Reitor da Universidade de Buenos Aires, eleito pelos professores, estudantes e profissionais, o Prof. Rizieri Frondizi -irmão do Presidente da República- encabeçou a resistência à proposta de Arturo Frondizi. Num discurso proferido no início de setembro na Faculdade de Ciências Exatas e Naturais, o Reitor clarificou o problema, pontualizando três aspectos do mesmo: 1) liberdade de ensino, 2) direito a outorgar títulos acadêmicos, 3) direito a outorgar títulos habilitantes para o exercício das carreiras científicas. Os "privatistas" defenderam também com veemência os seus pontos de vista e a campanha foi muito acirrada. O comício final -seguido de passeata- organizado pela "Federación Universitaria de Buenos Aires" (FUBA), contou com a presença de mais de 250.000 pessoas, compostas por estudantes -também do ginásio-, professores, profissionais e público em geral. Os "privatistas" também organizaram um grande comício final, com características similares.

Nos dias finais daquele tenso mês de setembro, o artigo 28 foi tratado no Parlamento. O Presidente Frondizi tinha se empenhado a fundo para conseguir a aprovação do artigo 28. Os jornais do dia seguinte ao da votação decisiva, publicaram fotografias do plenário da Câmara onde se via um parlamentar não na sua cadeira de deputado, mas na sua maca, pois tinha sido tirado às pressas do hospital, para votar favoravelmente o artigo. Do ponto de vista numérico, o artigo foi rejeitado, pois 69 deputados votaram a favor, enquanto 102 o fizeram contra. Mas, às vezes, 69 é mais que 102 pois, para que a rejeição fosse válida, precisavam-se 2/3 dos votos; faltavam 11 votos... Assim foi aprovado o artigo 28 e, a partir de então, as universidades privadas, na Argentina, ficaram capacitadas para expedir diplomas e títulos habilitantes.

Em setembro de 1958 era Ministro da Defesa do Governo Constitucional, o Dr. Gabriel del Mazo (ver pág. 2), que já tinha sido deputado federal numa época difícil (1946-50). Nesse mês,

as Federações Universitárias, dirigiram-se ao Ministro de Defesa, para solicitar-lhe que permanecesse fiel ao ideário reformista e terminava: "Mestre, 40 gerações o escutam" [1, p.100]. O Ministro não falou nem se demitiu. Depois da aprovação do artigo 28, os estudantes, através da Federação Universitária Argentina, enviaram outra nota que terminava: "Ex-mestre, 40 gerações o repudiam".

XI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa análise da oferta e da procura de profissionais no mundo capitalista e a sua relação com problemas universitários, afirma-se [10, p.24] "...Se dizemos que a ideologia da reforma universitária é perimida é porque a figura social do estudante que intentava representar não existe mais..." "...A passagem do protesto à participação num bloco revolucionário só se pode dar quando a crítica da organização do ensino transforma-se numa crítica ao sistema de desigualdades sociais que a universidade coroa. Daí em diante, a autonomia, como reivindicação de um privilégio, passa a ser palavra morta. Se a universidade pode seguir levantando como bandeira a de sua independência em face a um Estado que reprime as classes populares, em face à sociedade e especialmente à classe operária e suas organizações, não só não deve proclamar a sua autonomia senão que deve aceitar ser 'invadida'. Quebrar o exclusivismo universitário implica abrir-se para uma classe operária que não tem porque considerar intocável uma instituição que jamais foi dela".

Esses conceitos merecem uma longa análise que vai além do que nos propomos neste artigo de resenha. Contudo, e à maneira de síntese, gostaríamos voltar a algumas reflexões sobre a autonomia. Não pensamos -por analogia- que deveríamos desejar a chegada da enchente em nossa casa, porque já atingiu ao vizinho. Será que foi bom para o progresso social argentino que a Universidade Nacional de Buenos Aires tenha sido invadida (literalmente) em julho de 1966, na noite dos "bastones largos", depois do golpe militar que terminou com o Governo Constitucional? Será que toda a longa e dolorosa experiência das universidades latino-americanas, atingidas na qualidade de ensino e do trabalho de pesquisa, nas pessoas de estudantes, professores, etc.,

pelo arbítrio de governos autoritários, é uma contribuição objetiva às causas sociais progressistas?

Acreditamos que seja uma realidade histórica da cultura latino-americana que as universidades - toda vez que manifestaram a sua independência em face às ditaduras ou governos constitucionais autoritários - se transformaram num alvo obsessivo, privilegiado, desses regimes que voltavam contra elas uma repressão violenta, cheia de ódio e de medo, pois o simples exercício dessa independência resulta num ato subversivo.

Vale a pena insistir, então, que a autonomia universitária significa, entre outras coisas:

- Escolha dos professores pela sua capacidade científica, independentemente de motivações extracientíficas tais como a ideologia política dos mesmos.
- Terminar com vestibulares restritivos no plano social (pois nem sempre permitem o ingresso à Universidade dos mais aptos, mas sim dos mais abastados) e aberrantes do ponto de vista pedagógico, dado que copiam métodos ruins, não usados ou deixados de lado nas boas universidades estrangeiras, que podem tolher a qualidade intelectual dos estudantes e exprimem um aspecto da dominação cultural;
- Outorgar bolsas aos estudantes pelos seus merecimentos, sem ingerências estranhas;
- Um espaço livre (a "ilha democrática" tão criticada) para a discussão de todos os problemas, nacionais e internacionais, científicos, técnicos, políticos, com a participação de professores, estudantes, dirigentes sindicais, etc. que, às vezes, não podem se exprimir em outros âmbitos;
- Que a voz dos estudantes seja ouvida e atendida, porque "...sua impaciência, seu desejo de ~~câmbio~~ de idéias é alentador para nosso futuro" [21];
- Continuar a obra de extensão universitária -na qual cabe uma tarefa importante aos Centros Acadêmicos- enquanto persista essa injusta situação social;
- Assegurar a pesquisa, sem interferências estranhas, de temas que interessam a nosso desenvolvimento econômico independente e nosso progresso social. Mais ainda, nessa época de desafio para os países em vias de desenvolvimento, que devem optar por um novo tipo de civilização [22], colocando a ênfase em de-

terminadas linhas de pesquisa científico-tecnológicas, aprendendo com os erros cometidos em experiências de outros países.

É claro que alguns destes pontos, ou todos, são preenchidos por instituições privadas que desempenham um papel importante, mais ainda em épocas de repressão cultural, inclusive na Argentina. Também é certo que os governos autoritários foram aperfeiçoando as medidas repressivas contra os estudantes e professores independentes. Por exemplo, o regime militar argentino, em 1976, proibiu, por decreto, que professores (ou estudantes) expulsos dos institutos estatais, pudessem exercer em instituições privadas o direito de ensinar e aprender, garantidos na Constituição. E as pressões atingiram limites inimagináveis. Trata-se de criar condições tais, como acontece em outras regiões do mundo, para que as Universidades do Estado, sustentadas por todos, possam cumprir sempre suas funções, livres de toda vicissitude política.

Enfim, sem desconhecer as suas contradições e os seus erros, resguardemos o espírito inconformista da Reforma de 18, entendendo-a como um movimento dinâmico que, assim como em 1956 correspondeu às necessidades da época, atenda agora às exigências desta nova e complexa realidade. Almejamos para nossa terra uma universidade aberta, criativa, onde o ensino, o aprendizado e a pesquisa sejam protagonizados por pessoas imbuídas de um profundo sentido ético, intransigentes em face à injustiça e à repressão engajadas com as inquietações de nosso país e de nosso tempo.

REFERÊNCIAS

- 1 - Federación Universitaria de Buenos Aires, "La Reforma Universitaria, 1918-1958" (compilação e notas de A. Círia, H. J. Sanguinetti, A. Siperman, Artes Gráficas Doce, Avellaneda, Pcia. de Buenos Aires, 1959 .
- 2 - G. del Mazo (compilação e notas), "La Reforma Universitaria, 1918-1940). Vol. I: "El movimiento argentino", Vol. II: "Propagación americana", Vol. III: "Ensayos críticos" (em total, 1596 páginas). Centro de Estudiantes de Ingeniería, La Plata, Argentina, 1941.
- 3 - D. Cuneo (seleção, prólogo e cronología), "La Reforma Universitaria (1918-1930)", Biblioteca Ayacucho, Caracas, 1976.
- 4 - R. Etchepareborda, "Yrigoyen/1", Centro Editor de América Latina, Buenos Aires, 1983.
- 5 - J. V. González, "La Universidad-Teoría y acción de la Reforma-", Claridad, Buenos Aires, 1945.
- 6 - Ver, por exemplo, "Informe anual del Depto. de Física", Facultad de Ingeniería, Buenos Aires, 1965.
- 7 - R. Scariabarrozzi, Comunicação no Seminário "Subsídios para uma política da ciência no Brasil", Campina Grande, novembro 1983.
- 8 - J. L. Romero, "El ensayo reformista", Perspectiva Universitaria, Buenos Aires, Nº 5, setiembre 1978, p. 11 .
- 9 - A. R. Constantini, "Política Universitaria", Revista del Notariado, Nº 767, Buenos Aires, 1979.
- 10 - J. C. Portantiero, "Estudiantes y Política en América Latina, 1918-1938-El proceso de la Reforma Universitaria", Siglo XXI, Méjico, 1978.

- 11 - A. J. Poerner, "O poder jovem -História da participação política dos estudantes brasileiros-", Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968, cap. 3.
- 12 - J. Ortega y Gasset, "El tema de nuestro tiempo", Madrid, 1956, p. 7.
- 13 - H. P. Agosti, "Crítica de la Reforma Universitaria", Cursos y Conferencias (Colegio Libre de Estudios Superiores), ano III, Nº 8, 1934, p. 797 .
- 14 - N. Frontini, Folhetim, Folha de São Paulo (19-10-80), p. 9.
- 15 - N. Werneck Sodré, "A Coluna Prestes", Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.
- 16 - C. Prado Júnior, em prefácio a "A Coluna Prestes, Marchas e Combates", de L. Moreira Lima, Alfa-Omega, São Paulo, 1979.
- 17 - A. Venâncio Filho, "Das Arcadas ao Bacharelismo", Perspectiva e Sec. C.C.T. do Estado de São Paulo, 1977, cap. 4 a 7.
- 18 - H. J. Sanguinetti, "Historia y Régimen de las Universidades Privadas Argentinas", Revista de la Universidad Nacional de Córdoba, Ano VI, 1-2, Marzo-Junio, 1965, p. 171.
- 19 - F. V. Sanguinetti, "Las Universidades Privadas", Revista de Derecho y Ciencias Sociales (órgano del Centro de Derecho y Ciencias Sociales, FUBA), ano II, Nº 2, 1956.
- 20 - A. Gramsci, "La formazione dell'Uomo", Riuniti, Roma, 1969, cap. 2 .
- 21 - J. Leite Lopes, Correio da Manhã, (11-05-68), Rio de Janeiro .
- 22 - M. Schenberg, "História da Ciência -Tecnologia e subdesenvolvimento-, Publicação do Centro de Estudo da Física (CEFIS), Instituto de Física UFRJ.

AGRADECIMENTO

Agradecemos aos Profs. Henrique Lins de Barros e C. Roberto Magalhães pelas discussões mantidas sobre o tema e atenta leitura do manuscrito.